

Laudato si': um "guia"

*Este texto oferece um instrumento de suporte para uma primeira leitura da Encíclica, ajudando a compreender o seu desenrolar na totalidade e a identificar as linhas principais. As primeiras duas páginas apresentam a *Laudato si'* na sua globalidade; depois, cada página corresponde a um capítulo, indica seu objetivo e reproduz alguns trechos significativos. Os números entre parêntesis remetem aos parágrafos da Encíclica. As últimas duas páginas oferecem o índice completo.*

Um olhar por inteiro

«Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?» (160). Este interrogativo é o âmago da *Laudato si'*, a esperada Encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado da casa comum. Que prossegue: «Esta pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária», e isso conduz a interrogar-se sobre o sentido da existência e sobre os valores que estão na base da vida social: «Para que viemos a esta vida? **Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra?»: « Se não pulsa nelas esta pergunta de fundo,— diz o Pontífice – não creio que as nossas preocupações ecológicas possam surtir efeitos importantes».**

O nome da Encíclica foi inspirado na invocação de São Francisco «Louvado sejas, meu Senhor», que no *Cântico das criaturas recorda que a terra, a nossa casa comum, « se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços»* (1). Nós mesmos «somos terra (cfr Gen 2,7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar e a sua água vivifica-nos e restaura-nos» (2).

Agora, esta terra maltratada e saqueada se lamenta e os seus gemidos se unem aos de todos os abandonados do mundo. O Papa Francisco convida a ouvi-los, exortando todos e cada um – indivíduos, famílias, coletividades locais, nações e comunidade internacional – a uma «conversão ecológica», segundo a expressão de São João Paulo II, isto é, a «mudar de rumo», assumindo a beleza e a responsabilidade de um compromisso para o «cuidado da casa comum». Ao mesmo tempo, o Papa Francisco reconhece que se nota « uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza, e cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta. » (19), legitimando um olhar de esperança que permeia toda a Encíclica e envia a todos uma mensagem clara e repleta de esperança: « A humanidade possui ainda a capacidade **de colaborar na construção da nossa casa comum. » (13); «o ser humano ainda é capaz de intervir** de forma positiva » (58); «nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se » (205).

O Papa Francisco se dirige certamente aos fiéis católicos, retomando as palavras de São João Paulo II: « os cristãos, em particular, advertem que a sua tarefa no seio da criação e os seus deveres em relação à natureza e ao Criador fazem parte da sua fé » (64), mas se propõe « especialmente entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum » (3): o diálogo percorre todo o texto, e no cap. 5 se torna o instrumento para enfrentar e resolver os problemas. Desde o início, o Papa Francisco recorda que também «outras **Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa» sobre o tema da ecologia (7). Ou melhor, assume explicitamente sua contribuição a partir** do que foi dito pelo «amado Patriarca Ecuménico Bartolomeu» (7), amplamente citado nos nn. 8-9. Em vários trechos, o Pontífice agradece aos protagonistas deste esforço – seja indivíduos, seja associações ou instituições –, reconhecendo que «a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e

organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões» (7) e convida todos a reconhecer «a riqueza que as religiões possam oferecer para uma ecologia integral e o pleno desenvolvimento do género humano» (62).

O itinerário da Encíclica é traçado no n. 15 e se desenvolve em seis capítulos. Passa-se de uma análise da situação a partir das melhores aquisições científicas hoje disponíveis (cap. 1), ao confronto com a Bíblia e a tradição judaico-cristã (cap. 2), identificando a raiz dos problemas (cap. 3) na tecnocracia e num excessivo fechamento autorreferencial do ser humano. A proposta da Encíclica (cap. 4) é a de uma «ecologia **integral, que inclui claramente as dimensões humanas e sociais**» (137), indissoluvelmente ligadas com a questão ambiental. Nesta perspectiva, o Papa Francisco propõe (cap. 5) empreender em todos os níveis da vida social, econômica e política um diálogo honesto, que estruture processos de decisão transparentes, e recorda (cap. 6) que nenhum projeto pode ser eficaz se não for animado por uma consciência formada e responsável, sugerindo ideias para crescer nesta direção em nível educativo, espiritual, eclesial, político e teológico. O texto se conclui com duas orações, uma oferecida à partilha com todos os que acreditam num «Deus Criador Omnipotente» (246), e outra proposta aos que professam a fé em Jesus Cristo, ritmada pelo refrão «Laudato si'», com o qual a Encíclica se abre e se conclui.

O texto é atravessado por alguns eixos temáticos, analisados por uma variedade de perspectivas diferentes, que lhe conferem uma forte unidade: «a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida » (16).

Primeiro Capítulo – O que está a acontecer à nossa casa

O capítulo apresenta as mais recentes aquisições científicas em matéria ambiental como modo de ouvir o grito da criação, « transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar » (19). Enfrentam-se assim «vários aspectos da actual crise ecológica» (15).

As mudanças climáticas: « As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, económicas, distributivas e políticas, constituindo actualmente um dos principais desafios para a humanidade» (25). Se « o clima é um bem comum, um bem de todos e para todos » (23), o impacto mais pesado da sua alteração recai sobre os mais pobres, mas muitos «daqueles que detêm mais recursos e poder económico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas » (26): «a falta de reacções diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil » (25).

A questão da água: O Pontífice afirma claramente que « o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos ». Privar os pobres do acesso à água significa « negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável » (30).

A preservação da biodiversidade: « **Anualmente, desaparecem milhares de espécies vegetais e animais que já não poderemos conhecer mais, que os nossos filhos não poderão ver, perdidas para sempre**» (33). Não são somente eventuais “recursos” exploráveis, mas têm um valor em si mesmos. Nesta perspectiva, « são louváveis e, às vezes, admiráveis os esforços de cientistas e técnicos que procuram dar solução aos problemas criados pelo ser humano », mas a intervenção humana, quando se coloca a serviço da finança e do consumismo, « faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta » (34).

A dívida ecológica: no âmbito de uma ética das relações internacionais, a Encíclica indica que existe «uma verdadeira “dívida ecológica”» (51), sobretudo do Norte em relação ao Sul do mundo. Diante das mudanças climáticas, existem «responsabilidades diversificadas» (52), e as dos países desenvolvidos são maiores.

Consciente das profundas divergências quanto a essas problemáticas, o Papa Francisco se mostra profundamente impressionado com a «fraqueza **das reacções**» diante dos dramas de tantas pessoas e populações. Embora não faltem exemplos positivos (58), sinaliza «um certo torpor e uma alegre irresponsabilidade » (59). Faltam uma cultura adequada (53) e a disponibilidade em mudar estilos de vida, produção e consumo (59), enquanto é urgente «criar um sistema normativo [...] que inclua limites invioláveis e assegure a protecção dos ecossistemas » (53).

Segundo capítulo – O Evangelho da criação

Para enfrentar as problemáticas ilustradas no capítulo precedente, o Papa Francisco relê as narrações da Bíblia, oferece uma visão global oriunda da tradição judaico-cristã e articula a «tremenda responsabilidade» (90) do ser humano diante da criação, o elo íntimo entre todas as criaturas e o fato de que «o meio ambiente é um bem colectivo, património de toda a humanidade e responsabilidade de todos» (95).

Na Bíblia, «o Deus que liberta e salva é o mesmo que criou o universo. [...] n'Ele se conjugam o carinho e a força » (73). A narração da criação é central para refletir sobre a relação entre o ser humano e as outras criaturas e sobre como o pecado rompe o equilíbrio de toda a criação no seu conjunto: «Essas narrações sugerem que a **existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra. Segundo a Bíblia, essas três relações vitais romperam-se não só exteriormente, mas também dentro de nós. Esta ruptura é o pecado**» (66).

Por isso, mesmo que nós « cristãos, algumas vezes interpretámos de forma incorrecta as Escrituras, hoje devemos decididamente rejeitar que, do facto de ser criados à imagem de Deus e do mandato de dominar a terra, se deduza um domínio absoluto sobre as outras criaturas» (67). Ao ser humano cabe a responsabilidade de «“cultivar e guardar” o jardim do mundo (cfr Gen 2,15)» (67), sabendo que «**o fim último das restantes criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente connosco e através de nós, para a meta comum, que é Deus** » (83).

Que o ser humano não seja o dono do universo, «não significa igualar todos os seres vivos e tirar ao ser humano aquele seu valor peculiar » que o caracteriza; « também não requer uma divinização da terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e proteger a sua fragilidade » (90). Nesta perspectiva, « **todo o encarniçamento contra qualquer criatura «é contrário à dignidade humana»** » (92), mas « não pode ser autêntico um sentimento de união íntima com os outros seres da natureza, se ao mesmo **tempo não houver no coração ternura, compaixão e preocupação pelos seres humanos** » (91). Necessita-se da consciência de uma comunhão universal: « criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, [...]que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde » (89).

O coração da revelação cristã conclui o Capítulo: «Jesus terreno» com a «sua relação tão concreta e amorosa com o mundo» «ressuscitado e glorioso», está «presente em toda a criação com o seu domínio universal » (100).

Terceiro capítulo – A raiz humana da crise ecológica

Este capítulo apresenta uma análise da situação atual, «de modo a individuar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas» (15), em um diálogo com a filosofia e as ciências humanas.

Um primeiro fulcro do capítulo são as reflexões sobre a tecnologia: é reconhecida, com gratidão, a sua contribuição para o melhoramento das condições de vida (102-103); todavia ela **oferece «àqueles que detêm o conhecimento e sobretudo o poder económico para o desfrutar, um domínio impressionante sobre o conjunto do género humano e do mundo inteiro»** (104). São precisamente as lógicas de domínio tecnocrático que levam a destruir a natureza e explorar as pessoas e as populações mais vulneráveis. «O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política» (109), impedindo reconhecer que **«o mercado, por si mesmo[...] não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social»** (109).

Na raiz se diagnostica na época moderna um excesso de antropocentrismo (116): o ser humano não reconhece mais sua correta posição em relação ao mundo e assume uma posição autorreferencial, centrada exclusivamente em si mesmo e no próprio poder. Deriva então uma lógica do «descartável» que justifica todo tipo de descarte, ambiental ou humano que seja, que trata o outro e a natureza como um simples objeto e conduz a uma miríade de formas de dominação. É a lógica que leva a explorar as crianças, a abandonar os idosos, a reduzir os outros à escravidão, a superestimar a capacidade do mercado de se autorregular, a praticar o tráfico de seres humanos, o comércio de peles de animais em risco de extinção e de “diamantes ensanguentados”. É a mesma lógica de muitas máfias, dos traficantes de órgãos, do tráfico de drogas e do descarte de crianças porque não correspondem ao desejo de seus pais. (123)

Nesta luz, a encíclica aborda duas questões cruciais para o mundo de hoje. Antes de tudo, o trabalho: «Em qualquer abordagem de ecologia integral que não exclua o ser humano, é indispensável incluir o valor do trabalho» (124), bem como **«renunciar a investir nas pessoas para se obter maior receita imediata é um péssimo negócio para a sociedade»** (128).

A segunda diz respeito aos limites do progresso científico, com clara referência aos OGM (132-136), que são «uma questão de carácter complexo» (135). Embora «nalgumas regiões, a sua utilização ter produzido um crescimento económico que contribuiu para resolver determinados problemas, há dificuldades importantes que não devem ser minimizadas» (134), a partir da «concentração de terras produtivas nas mãos de poucos» (134). O Papa Francisco pensa em particular nos pequenos produtores e trabalhadores rurais, na biodiversidade, na rede de ecossistemas. É, portanto, preciso assegurar **«um debate científico e social que seja responsável e amplo, capaz de considerar toda a informação disponível e chamar as coisas pelo seu nome»** a partir de «linhas de pesquisa autónomas e interdisciplinares que possam trazer nova luz» (135).

Quarto capítulo – Uma ecologia integral

O coração da proposta da Encíclica é a ecologia integral como novo paradigma de justiça; uma ecologia «que integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o circunda» (15). De fato, **«isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida»** (139). Isto vale, por mais que vivemos em diferentes campos: na economia e na política, nas diversas culturas, em particular modo nas mais ameaçadas, e até mesmo em cada momento da nossa vida cotidiana.

A perspectiva integral põe em jogo também uma ecologia das instituições: « Se tudo está relacionado, também o estado de saúde das instituições de uma sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: **“toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais”** » (142). Com muitos exemplos concretos, o Papa Francisco reafirma o seu pensamento: há uma ligação entre questões ambientais e questões sociais e humanas que nunca pode ser rompida. Assim, « a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma » (141), enquanto «Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise sócio-ambiental» (139).

Esta ecologia integral «é inseparável da noção de bem comum» (156), a ser entendida, no entanto, de modo concreto: no contexto de hoje, no qual «há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais» comprometer-se pelo bem comum significa fazer escolhas solidárias com base em **«uma opção preferencial pelos mais pobres»** (158). Esta é também a melhor maneira para deixar um mundo sustentável às gerações futuras, não com proclamas, mas através de um compromisso de cuidado dos pobres de hoje, como já havia sublinhado Bento XVI: **«para além da leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração»** (162).

A ecologia integral envolve também a vida diária, para a qual a Encíclica reserva uma atenção específica em particular em ambiente urbano. O ser humano tem uma grande capacidade de adaptação e **«admirável é a criatividade e generosidade de pessoas e grupos que são capazes de dar a volta às limitações do ambiente, [...] aprendendo a orientar a sua existência no meio da desordem e precariedade»** (148). No entanto, um desenvolvimento autêntico pressupõe um melhoramento integral na qualidade da vida humana: espaços públicos, moradias, transportes, etc. (150-154).

Também «o nosso corpo nos coloca em uma relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. **A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum;** pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação» (155).

Quinto capítulo – Algumas linhas de orientação e acção

Este capítulo aborda a pergunta sobre o que podemos e devemos fazer. As análises não podem ser suficientes: são necessárias propostas «de diálogo e de acção que envolvam seja cada um de nós seja a política internacional» (15), e « que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição onde estamos a afundar» (163). Para o Papa Francisco é imprescindível que a construção de caminhos concretos não seja enfrentada de modo ideológico, superficial ou reducionista. Por isso, é indispensável o diálogo, termo presente no título de cada seção deste capítulo: «Há discussões sobre questões relativas ao meio ambiente, onde é difícil chegar a um consenso. [...] **a Igreja não pretende definir as questões científicas, nem substituir-se à política, mas [eu] convido a um debate honesto e transparente para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum**» (188).

Com esta base o Papa Francisco não tem medo de fazer um julgamento severo sobre as dinâmicas internacionais recentes: «**as cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, por falta de decisão política, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes**» (166). E se pergunta: «Para que se quer preservar hoje um poder que será recordado pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário fazê-lo?» (57). Servem, em vez disso, como os Pontífices repetiram várias vezes, a partir da *Pacem in Terris*, formas e instrumentos eficazes de governança global (175): «**precisamos de um acordo sobre os regimes de governança para toda a gama dos chamados bens comuns globais**» (174), já que «'a protecção ambiental não pode ser assegurada apenas com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. **O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente**'» (190), que retoma as palavras do *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*.

Sempre neste capítulo, o Papa Francisco insiste sobre o desenvolvimento de processos de decisão honestos e transparentes, para poder «discernir» quais políticas e iniciativas empresariais poderão levar «a um desenvolvimento verdadeiramente integral» (185). Em particular, o estudo do impacto ambiental de um novo projeto «**requer processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projecto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo**» (182).

Particularmente significativo é o apelo dirigido àqueles que detêm cargos políticos, para que se distanciem da lógica «eficientista e imediatista» (181) hoje dominante: «**se ele tiver a coragem de o fazer, poderá novamente reconhecer a dignidade que Deus lhe deu como pessoa e deixará, depois da sua passagem por esta história, um testemunho de generosa responsabilidade**» (181).

Sexto capítulo - Educação e espiritualidade ecológicas

O último capítulo vai ao cerne da conversão ecológica à qual a Encíclica convida. As raízes da crise cultural achem em profundidade e não é fácil reformular hábitos e comportamentos. A educação e a formação continuam sendo desafios centrais: «**toda mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo**» (15); estão envolvidos todos os ambientes educacionais, por primeiro «a escola, a família, os meios de comunicação, a catequese» (213).

O início é **apostar «em uma mudança nos estilos de vida»** (203-208), que também abre à possibilidade de “exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, económico e social» (206). Isso é o que acontece quando as escolhas dos consumidores conseguem «a mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção» (206).

Não se pode subestimar a importância de percursos de educação ambiental capazes de incidir sobre gestos e hábitos cotidianos, da redução do consumo de água, à diferenciação do lixo até «apagar as luzes desnecessárias» (211): «**Uma ecologia integral é feita também de simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo**» (230). Tudo isto será mais fácil a partir de um olhar contemplativo que vem da fé: «O crente contempla o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres. Além disso a conversão ecológica, fazendo crescer as peculiares capacidades que Deus deu a cada crente, leva-o a desenvolver a sua criatividade e entusiasmo» (220).

Retorna à linha proposta na *Evangelii Gaudium*: «**A sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora**» (223), bem como «A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as muitas possibilidades que a vida oferece» (223); desta forma torna-se possível «voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos» (229). Os santos acompanham-nos neste caminho. **São Francisco**, muitas vezes mencionado, é «o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria» (10), modelo de como «são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenhamento na sociedade e a paz interior (10). Mas a encíclica recorda também **São Bento, Santa Teresa de Lisieux e o Beato Charles de Foucauld**.

Após a *Laudato si*, o **exame de consciência**, o instrumento que a Igreja sempre recomendou para orientar a própria vida à luz da relação com o Senhor, **deverá incluir uma nova dimensão**, considerando não apenas como se vive a comunhão com Deus, com os outros, consigo mesmo, mas também com todas as criaturas e a natureza.

ÍNDICE

L AUDATO SI', mi' Signore [1-2]	3
Nada deste mundo nos é indiferente [3-6]	4
Unidos por uma preocupação comum [7-9]	7
São Francisco de Assis [10-12]	10
O meu apelo [13-16]	12
CAPÍTULO I	
O QUE ESTÁ A ACONTECER À NOSSA CASA	
1. P OLUIÇÃO E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	18
Poluição, resíduos e cultura do descarte [20-22]	18
O clima como bem comum [23-26]	20
2. A QUESTÃO DA ÁGUA [27-31]	24
3. P ERDA DE BIODIVERSIDADE [32-42].	27
4. D ETERIORAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA HUMANA E DEGRADAÇÃO SO CIAL [43-47]	34
5. D ESIGUALDADE PLANETÁRIA [48-52]	37
6. A FRAQUEZA DAS REACÇÕES [53-59]	43
7. D IVERSIDADE DE O PINIÕES [60-61]	47
CAPÍTULO II	
O EVANGELHO DA CRIAÇÃO	
1. A LUZ QUE A FÉ OFERE CE [63-64]	49
2. A SABEDORIA DAS NARRAÇÕES BÍBLICAS [65-75]	51
3. O MISTÉRIO DO UNIVERSO [76-83]	60
4. A MENSAGEM DE CADA CRIATURA NA HARMONIA DE TODA A CRIAÇÃO [84-88]	66
5. U MA COMUNHÃO UNIVERSAL [89-92]	70
190	
6. O DESTINO COMUM DOS BENS [93-95]	73
7. O OLHAR DE JESUS [96-100]	75
CAPÍTULO III	
A RAIZ HUMANA DA CRISE ECOLÓGICA	
1. A TE CNOLOGIA: CRIATIVIDADE E PODER [102-105]	79
2. A GLO BALIZAÇÃO DO PARADIGMA TE CNO CRÁTICO [106-114]	82
3. CRISE DO ANTRO PO CENTRISMO MODERNO E SUAS CONSEQUÊN CIAS [115-121]	90
O relativismo prático [122-123]	94
A necessidade de defender o trabalho [124-129]	96
A inovação biológica a partir da pesquisa [130-136]	101
CAPÍTULO IV	
UMA ECOLOGIA INTEGRAL	
1. E COLOGIA AMBIENTAL, E CONÓMICA E SO CIAL [138-142]	107
2. E COLOGIA CULTURAL [143-146]	112
3. E COLOGIA DA VIDA QUOTIDIANA [147-155]	114
4. O PRIN CÍPIO DO BEM COMUM [156-158]	120
5. A JUSTIÇA INTERGENERACIONAL [159-162]	122
CAPÍTULO V	
ALGUMAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO E ACCÃO	
1. O DIÁLOGO SO BRE O MEIO AMBIENTE NA POLÍTICA INTERNACIONAL [164-175]	127

2. O DIÁLOGO PARA NOVAS POLÍTICAS NACIONAIS E LO CAIS [176-181] 135
3. DIÁLOGO E TRANSPARÊNCIA NOS PROCESSOS DE CÍRIOS [182-188] 140
4. POLÍTICA E ECONOMIA EM DIÁLOGO PARA A PLENITUDE HUMANA [189-198]. . . 144
5. AS RELIGIÕES NO DIÁLOGO COM AS CIÊNCIAS [199-201] 152

CAPÍTULO VI

EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICAS

1. A PONTAR PARA OUTRO ESTILO DE VIDA [203-208] 155
2. EDUCAR PARA A ALIANÇA ENTRE A HUMANIDADE E O AMBIENTE [209-215] . . 159
3. A CONVERSÃO E COLÓGICA [216-221] . . 164
4. A LEGRIA E PAZ [222-227] 168
5. A MOR CIVIL E POLÍTICO [228-232] . . . 172
6. OS SINAIS SACRAMENTAIS E O DESCANSO CELEBRATIVO [233-237] 175
7. A TRINDADE E A RELAÇÃO ENTRE AS CRIATURAS [238-240] 180
8. A RAINHA DE TODA A CRIAÇÃO [241-242] 182
9. PARA ALÉM DO SOL [243-246] 183
- Oração pela nossa terra 184
- Oração cristã com a criação 185